# *08. – Perguntas*

## 08-1. Indivíduo e sociedade

Stirner não é um anarquista nem um individualista. No entanto, ele continua sendo um representante essencial da posteridade de Hegel, e é por essa razão que ele merece ser estudado. O que funda a crítica de Stirner é a liquidação de tudo o que é sagrado, pois o sagrado é uma fonte de escravização; não apenas a religião como tal, mas também toda e qualquer forma de idealização: bem, liberdade, amor etc. Portanto, é difícil vê-lo sacralizar o indivíduo. Sua preocupação é sua individualidade.

As gerações dos chamados anarquistas individualistas que tomaram o "egoísta" de Stirner literalmente cometeram um contra-senso.

Para Proudhon e Bakunin, a sociedade é a condição para o desenvolvimento da individualidade; para Stirner, a individualidade é um estado conquistado contra a sociedade. Essas são duas abordagens radicalmente diferentes. De fato, Stirner merece ser classificado como um precursor da psicanálise.

O anarquismo como movimento não existia em 1845, quando *O Único e sua propriedade* foi publicado. Stirner odiava Proudhon. Quanto a Bakunin, ele o classificou entre os "niilistas alemães que, por seu cinismo lógico, deixaram para trás os ferozes niilistas russos"[1]. Portanto, ser qualificado como um "niilista alemão" não é um elogio para Bakunin.

Stirner tornou-se "anarquista" graças a Engels: ele é o primeiro a elevá-lo a esse status. Isso aconteceu em 1888, em um livro chamado *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. No final da década de 1880, Engels quis ejetar os anarquistas que insistiam em participar de congressos socialistas internacionais. Os líderes social-democratas se opuseram fortemente à participação de anarquistas nesses congressos. Engels, portanto, lançou uma campanha para difamar os anarquistas, tentando retratar Bakunin como um discípulo de Stirner, do qual ninguém se lembrava, quarenta e três anos após a publicação de *O Único*.

O outro personagem que "ressuscitou" Stirner ao mesmo tempo é um certo John Henry Mackay, um prussiano, apesar de seu nome, e um romancista medíocre. Mackay reeditou as obras de Stirner e liderou uma campanha muito ativa de reabilitação, que encontrará na França um defensor na pessoa do anarquista individualista Ernest Armand. Este último fará uma leitura particularmente elitista e pouco filosófica, ao passo que o livro de

---

1 Bakounine, *Étatisme et anarchie*, Œuvres, Champ libre, IV, p. 316.

Stirner só pode ser compreendido através do filtro, e como uma crítica à filosofia de Hegel..

O individualismo é um dos principais alvos dos ataques de Bakunin à ideologia burguesa. Associar anarquismo e individualismo lhe pareceria uma aberração. Por outro lado, o *indivíduo* constitui uma das fundações de sua teoria do "socialismo revolucionário" – é assim que o revolucionário russo se qualifica, por sua vez de "anarquista". Mas não podemos limitar a definição do indivíduo à sua estrutura fisiológica e psicológica, à sua descrição como espécie biológica. Bakunin concebe o homem em suas relações sociais porque ele é um produto da sociedade. "Cada nova geração encontra em seu berço um mundo de idéias, imaginações e sentimentos que lhe são transmitidos na forma de uma herança comum através do trabalho intelectual e moral de todas as gerações passadas." No entanto, Bakunin acrescenta, essas idéias, essas representações "adquirem mais tarde, depois de terem se estabelecido bem, da maneira que acabei de explicar, na consciência coletiva de qualquer sociedade, o poder de se tornar por sua vez, causas que produzem novos[2]."

O homem não traz consigo nehuma ideia quando nasce, o que ele traz é uma "faculdade natural e formal, mais ou menos grande, para conceber ideias que ele encontra estabelecidas em seu próprio ambiente social, ou num ambiente estrangeiro, mas de uma forma ou de outra se coloca em comunicação com ele."[3] O homem nasce na sociedade, ele não a escolhe. Ele é o produto da sociedade. Ele está, portanto, sujeito às leis naturais que governam o desenvolvimento social. A sociedade preexiste e sobrevive ao indivíduo: é, de certo modo, a última grande criação da natureza.

Fora da sociedade, o homem não teria deixado de ser um animal sem fala ou razão. Se o indivíduo hoje pode se desenvolver, é graças aos esforços cumulativos de inúmeras gerações. Os conceitos do indivíduo, da liberdade, da razão, são os produtos da sociedade. Esta última não é o produto simples dos indivíduos que o compõem, é uma criação histórica. Quanto mais desenvolvido o indivíduo, mais livre ele é, e mais ele é o produto da sociedade; quanto mais ele recebe da sociedade, mais ele está em dívida com ele.

Mas os indivíduos nascem, desenvolvem-se, em um contexto material, intelectual e moral, do qual eles são a expressão ao mesmo tempo em que percebem isso. Consciente ou não, a ação dos indivíduos na sociedade que os criou é, de fato, a ação da sociedade sobre si mesma, diz Bakunin. A vida individual do homem e sua vida social não são separáveis.

---

2 *L'Empire knouto-germanique.*

3 Bakounine, *L'Empire knouto-germanique*, Champ libre, VIII, 275.

A noção de anarquismo individualista é uma criação muito posterior a Stirner. Entre os grandes pensadores anarquistas, encontramos uma teoria elaborada do indivíduo, uma preocupação muito forte com a questão do indivíduo, a preocupação obsessiva de que o indivíduo não seja esmagado pelo coletivo; mas sua concepção do indivíduo permanece em solidariedade com uma teoria social geral: a doutrina dos grandes autores anarquistas não pode de forma alguma ser qualificada como individualista. A doutrina anarquista "clássica" não precisa de um anarquismo "individualista". Na minha opinião, a introdução do individualismo no anarquismo é um acidente, um erro, uma aberração, historicamente explicável como consequência de uma reação em cadeia provocada pelas decisões do Congresso de Haia da Primeira Internacional. A implementação de procedimentos incrivelmente burocráticos para excluir Bakunin e James Guillaume da AIT, então a Federação Jura, e finalmente quase todo o movimento operario organizado da época, progressivamente conduziu numerosos militantes a atribuir ao próprio princípio da organização as causas da autoridade, quer dizer, da burocracia.

. O simples fato de se organizar se tornou um ato "autoritário". Assim, montamos estruturas cada vez mais descentralizadas, cada vez mais "horizontais", sem qualquer ligação entre elas, e quando não restava nada para descentralizar, restava apenas o indivíduo.

Mas este processo, que é o sintoma de uma deriva mórbida, não tem nada a ver com o anarquismo, que defende uma organização federalista, isto é, horizontal e vertical, isto é, uma organização na qual a tomada de decisão é descentralizada, mas um mínimo de verticalidade é necessário para a implementação.

No anarquismo, não há oposição entre o individual e o coletivo.

Em geral, quando alguém ouve ou lê escritores falando sobre anarquismo, é quase sempre resumido pelo individualismo, o que é um erro grave, mas também extremamente irritante para a esmagadora maioria dos ativistas que não se qualificam "individualistas". O anarquismo é uma doutrina social que se preocupa muito com a defesa e a realização do indivíduo, simplesmente porque uma sociedade emancipada deve ser uma sociedade constituída de indivíduos emancipados. Quanto ao individualismo anarquista, é impossível falar sobre isso genericamente porque existem tantos individualismos quanto indivíduos. Qualquer que seja o caminho que levou alguns ativistas ao individualismo, o anarquismo individualista é uma corrente multifacetada,

quase impossível de definir[4], mas muitos militantes desempenharam um papel determinante (mas não exclusivo) no combate. tais como controle de natalidade, direitos iguais entre homens e mulheres, objeção de consciência, pedagogia libertária, etc., o que os chamados anarquistas plataformistas descrevem com um pouco de desprezo anarquistas de estilo de vida (lifestyle anarquistas).

## 08-2. A classe trabalhadora deve tomar o poder?

A pergunta é mal feita.

Alguns autores acreditam que a recusa dos anarquistas em "tomar o poder" é uma recusa quase metafísica a exercer qualquer "autoridade". Isso é paradoxal, porque os anarquistas geralmente não se recusam a "fazer a revolução", mesmo que seja um ato eminentemente "autoritário". Então há "outra coisa".

De fato, se resumíssemos em uma sentença o que separa anarquistas e marxistas sobre essa questão, pode-se dizer que os marxistas querem que o partido tome o *poder político* enquanto os anarquistas querem que a organização de classe dos trabalhadores assuma o *poder social* – qualquer que seja o nome dessa organização de classe, dependendo do período: sindicato, conselho de trabalhadores, etc.

O problema é que, para os marxistas, a conquista do poder significa ou a obtenção de uma maioria parlamentar, que era, na verdade, o objetivo de Marx, o um golpe estado de estilo blanquista, como em outubro de 1917. Os anarquistas não negam que é necessário "tomar", "conquistar", "apreender" algo. A questão é: o que deve ser apreendido?

Deve-se ter em mente que quando o anarquismo é formado dentro da Associação Internacional de Trabalhadores, o que foi chamado de "ação política" foi reduzido à estratégia eleitoral dos partidos políticos. A visão marxista da ação da classe trabalhadora reduziu-se a isso: cria-se um partido socialista, ele concorre às eleições e, como a classe trabalhadora é a maioria, ele chega ao poder. Este é o modelo social-democrata alemão. Os socialistas alemães estavam tão convencidos de que, sendo a maior classe da população, a classe trabalhadora os levaria ao poder por meio de eleições. Assim, em 1907, uma moção foi aprovada no Congresso de Stuttgart do Partido Social-Democrata Alemão, proibindo qualquer ação conjunta com a burguesia. Foi

4 Ver Malatesta: "No que diz respeito ao individualismo, é melhor não nomear a besta, pois são dados tantos significados diferentes a esta palavra que cada vez que ela é pronunciada, um capítulo de explicação deve sempre ser acrescentado." Citado por Gaetano Manfredonia, *L'individualisme anarchiste en France (1880-1914)*, Thèse de doctorat, 1984, IEP, p. 3.

apenas tardiamente que se considerou a possibilidade de concluir alianças eleitorais com outros grupos sociais. A sobredeterminação da revolução russa sobre a interpretação de teses marxistas tende a obscurecer o fato de que Marx e Engels viram a atividade política apenas na forma da conquista do poder pelo parlamento.

A violência revolucionária é na maioria das vezes prevista não para alcançar a revolução social, mas para impor o sufrágio universal: assim podemos ler no *Manifesto Comunista*: "Já vimos acima que o primeiro passo da revolução operária é a constituição do proletariado na classe dominante, a conquista da democracia". A "conquista da democracia" é o sufrágio universal. A revolução é estabelecer o sufrágio universal que levará a classe trabalhadora ao poder. E uma vez no poder, haverá "invasões despóticas" na propriedade capitalista. Para Bakunin, essa visão é simplista e totalmente utópica. Primeiro, porque o fato da a classe trabalhadora ser a maioria não garante o acesso ao poder dos socialistas; e acima de tudo porque a burguesia nunca aceitará a "legalidade" de um voto que a despossui.

Aos olhos de Marx e Engels, a Associação Internacional dos Trabalhadores foi usada para formar partidos políticos para atingir esse objetivo. Para Iuri Steklov, historiador bolchevique da AIT, as coisas são muito claras: "a Internacional, aos olhos de Marx, deveria funcionar como um partido comunista internacional". E na página seguinte, ele acrescenta: "O objetivo da Associação era tornar-se o partido político internacional da classe trabalhadora"[5]. Essa não era a abordagem de Bakunin, para quem AIT era uma estrutura do tipo união, uma prefiguração do sindicalismo actorevolucionário.

Quando Marx e Engels acusaram Bakunin e os federalistas da Internacional de se recusarem ou se absterem de participar na política, na realidade, estavam a culpá-los por rejeitarem a estratégia eleitoral de conquista do poder.

Bakunin argumenta em termos de organização de classe: a organização de classe do proletariado é a Associação Internacional de Trabalhadores; a organização de classe da burguesia é o Estado. Conquistar o Estado é, portanto, aproveitar a organização de classe dos burgueses: é uma aberração. Esta aberração continua hoje em dia quando organizações socialistas nomeiam candidatos para eleições: mesmo que o pretexto seja fazer propaganda, isto corrobora aos olhos do eleitorado o fato de que estas

5 *History of the First International*, G.M. Steklov, éditions du Cercle d'études libertaires-Gaston Leval, pp. 52 et 53. Steklov estava um pouco inclinado a aceitar seus desejos como realidades, porque ele alegou que a AIT operava com base no princípio do "centralismo democrático", um conceito que só apareceu por volta de 1903 em Lenin.

instituições são legítimas, e obscurece qualquer possibilidade de considerar um caminho alternativo.

Segundo Bakunin:

1. A organização dos trabalhadores deve ser constituída de uma forma tão próxima, quanto possível da sociedade que os trabalhadores devem construir ;
2. Embora não participe das instituições burguesas (Parlamento), a atividade da Internacional é fundamentalmente uma atividade política;
3. A organização de classe dos trabalhadores, que é seu instrumento de luta sob o capitalismo, é também o modelo da organização da sociedade após a derrubada da burguesia. Este é o significado do termo "destruição do Estado".

A organização de classes agrupa os indivíduos como trabalhadores, em seu local de trabalho, por um lado, e em uma estrutura interprofissional, ou seja, composta de várias categorias profissionais por outro. Esta dupla estrutura, vertical e horizontal, desenvolve-se em um modelo federativo até o nível nacional e internacional. Esta ideia é diretamente inspirada pelo Proudhon, retomada por Bakunin, e a encontramos, recordemos, no sindicalismo revolucionário, na carta de Amiens, onde lemos: o congresso "considera que o sindicato, hoje agrupando de resistência, será no futuro o agrupamento de produção e distribuição, base da reorganização social". Essas concepções também formam a base do que se tornará anarco-sindicalismo.

De tudo isso, conclui-se que a abolição do Estado é, na verdade, a sua substituição pela organização de classe dos trabalhadores, como sumariamente definida aqui. A questão da "conquista do poder" é assim colocada de um modo completamente diferente do que para os marxistas ligados à ação parlamentar, como os social-democratas alemães, ou a golpes como os bolcheviques.

Creio que Besancenot & Löwy entenderam que os anarquistas rejeitam a noção de "tomar o poder". Mas eles equacionam esta rejeição com a recusa de levar o Estado em conta em seu pensamento estratégico. Eles pensam que em sua oposição ao Estado, os anarquistas agem como se ele não existisse. Concordamos que algo terá que ser "derrubado" e que algo mais terá que ser instalado em seu lugar. A idéia de "tomar o poder" implica algo que já existe e está sendo apreendido. Não se trata de tomar o poder, mas de substituí-lo pela organização de classe dos trabalhadores, de substituir o poder político da burguesia pelo poder social dos trabalhadores. Como isso será feito? Não conhecemos os detalhes, mas hoje podemos fazer propaganda para explicar

que a população trabalhadora terá que levar em conta a produção, os intercâmbios, etc. coletivamente: levará muito tempo para implementar essa ideia nas massas, e é certo que os anarquistas não serão suficientes para a tarefa. Quando se pensa no tempo e na energia gastos em campanhas eleitorais pelos nossos camaradas do NPA, campanhas eleitorais que se sucedem sem parar e que mobilizam os militantes para uma atividade cujo resultado é finalmente quase nulo, fica-se confuso.

Para os anarquistas, não se trata de instalar novo pessoal nas estruturas políticas existentes, mas de substituir as estruturas existentes por algo mais. Haverá certamente oposições, que serão vigorosamente confrontadas, mas, como disse Proudhon, não se trata de fazer um "São Bartolomeu dos proprietários", nem, acrescento, um São Bartolomeu dos altos funcionários. O Estado de hoje tem pouco a ver com o Estado de Marx e Bakunin. Certamente reteve suas funções regalianas: repressão, guerra, diplomacia, etc. Mas muitas outras funções foram adicionadas, especialmente nos campos social e da saúde. Hoje os textos do Ministério de Assuntos Sociais publicados no Diário Oficial da República superam em volume os de todos os outros ministérios. Este não era o caso em 1870.

Hoje, existem todos os serviços públicos, que não existiam na época de Bakunin. Às vezes é chocante ler que a CGT no início era contrária à legislação previdenciária. Na realidade, a CGT se opôs que pensões fossem administradas pelo Estado, o que não é a mesma coisa. Em sua opinião, a classe trabalhadora tinha que manter o controle desta questão. Hoje existem muitas áreas que a maioria das pessoas considera ser a função do Estado, mas que na verdade são criações espontâneas da sociedade civil que foram apropriadas pelo Estado; apropriação que a população integrou plenamente. Pode ser dito que o próprio espírito do povo foi estatizado.

Muitas vezes ouvimos jornalistas ou comentaristas na França dizerem que a previdência social é cara para o Estado. Isto não é verdade: não é o Estado, mas os contribuintes (empregados e empregadores) que pagam para a previdência social. Originalmente, a administração da previdência social era independente do Estado. Era administrada igualmente por representantes dos empregados e empregadores. O orçamento da previdência social, *que era maior do que o orçamento do Estado*, foi integrado ao orçamento do Estado porque o déficit da previdência social era muito menor do que o déficit do Estado. Este procedimento tornou possível reduzir relativamente o déficit do Estado. Este é um exemplo típico da apropriação pelo Estado de funções que resultam da "espontaneidade social", para usar um termo caro a Proudhon.

Uma revolução social terá que colocar as coisas em seu lugar: não precisamos do Estado porque a maioria das funções que agora consideramos estatais foram apropriadas pelo Estado.

Faz muito tempo que o movimento anarquista distinguiu entre poder no sentido de "capacidade de fazer" e poder no sentido de "domínio sobre". Besancenot & Löwy estão, na minha opinião, bem longe da realidade dos problemas em seu pensamento sobre o poder, e mostram um pouco de ingenuidade. Como a "democracia" deve ser aplicada em uma sociedade onde a população terá de determinar políticas de saúde, produção e distribuição de água, etc.? É no nível da determinação coletiva das necessidades que a democracia terá que se aplicar; mas isto só pode ser feito em uma sociedade onde a população tenha sido informada sobre as limitações, os riscos, as apostas, etc.

Uma vez definidas essas necessidades, será necessário um organismo global (se eu fosse marxista, diria "central") para implementar as políticas estabelecidas pela população. Correndo o risco de surpreender muitos leitores, Proudhon e Bakunine eram a favor da descentralização política (escolhas políticas, a determinação das necessidades), mas a favor da centralização *econômica* (ou seja, a implementação de concreta das decisões tomadas)[6]

A questão do "poder" é sobretudo a questão das modalidades de controle das pessoas que exercem funções conferindo poder.

## 08-3. Autonomia e Federalismo

Para o anarquismo, autonomia e federalismo não são dois conceitos antinômicos, eles são complementares. A concepção anarquista da organização não é um horizontalismo composto de instâncias autônomas que estabelecem apenas ligações ocasionais entre elas. É, gostemos ou não, uma construção do tipo piramidal que consiste em estruturas básicas, etapas intermediárias e um vértice. O que confere o caráter "anarquista" a essa construção é como o "fluxo" da tomada de decisões é organizado.

Uma militante e historiadora anarquista suíça, Marianne Enckell, explica o problema federalismo/centrismo com grande relevância: "O federalismo é constitutivo do anarquismo desde o período da Associação Internacional de

6 Proudhon : "...centralização de todas as forças econômicas; descentralização de todas as funções políticas" (Carnet 8, p. 276.)

Bakunin: "Dir-se-á que a centralização econômica só pode ser alcançada através da centralização política, que uma implica a outra, que ambas são necessárias e benéficas no mesmo grau. Eles não são. A centralização econômica, uma condição essencial da civilização, cria liberdade; mas a centralização política a mata, destruindo em benefício dos governantes e das classes dominantes a vida e a ação espontânea do povo." (*Les Ours de Berne et l'ours de Saint-Pétersbourg*, Oeuvres, Stock, tome II, p. 34.)

Trabalhadores, desde que a corrente anarquista é afirmada lá através de sua crítica do centralismo e sua celebração da autonomia". Marianne Enckell especifica que o federalismo "é o antônimo da centralização, não da descentralização" [7].

Os órgãos de base são autônomos no sentido de que decidem por si mesmos como são tratados os assuntos dentro da sua esfera de intervenção, de acordo com as decisões do congresso. O mesmo se aplica às estruturas intermediárias. A autonomia não é uma autonomia metafísica, é simplesmente relativa à esfera de intervenção da estrutura em questão. Também aqui, os funcionários da estação ferroviária de uma comuna suburbana não decidirão sobre a política ferroviária da comunidade, mas participarão das decisões, no seu nível.

> "E talvez não seja inútil recordar, para o resto de nosso debate, que Proudhon também teorizou a ideia de uma organização dual, uma territorial, "política" e outra, cobrindo o campo econômico."[8]

*Todos* os textos fundadores do movimento anarquista insistem na existência de duas estruturas federativas, territoriais e industriais.

> "Sem multiplicar as citações, parece indispensável evocar alguns dos textos "fundadores" aos quais os anarco-sindicalistas se referem para mostrar que as orientações evocadas acima são constantes: O livro *Ideias sobre a organização social*, escrito em 1876 por James Guillaume e seus companheiros da Federação do Jura, apresenta uma espécie de esquema organizacional que serviu de base para todas as projeções subseqüentes. Federações de municípios e federações de indústria serão os dois pilares da sociedade socialista".[9]

Discordo da afirmação de Besancenot & Löwy de que "o comunismo inicialmente quer confiar poderes máximos às bases e favorecer a iniciativa local" (p. 177 edição francesa, p. 159 edição brasileira). Há um problema real aqui: de fato, se Besancenot & Löwy realmente acreditam no que dizem, não

7 Marianne Enckell "Fédéralisme et autonomie chez les anarchistes" , *Réfractions*, n°8, 2002, p.

8 Jacques Toublet, "Considérations sur l'anarcho-syndicalisme" in *anarcho-syndicalisme & anarchie* (Réponse à Murray Bookchin), ACL, p. 87.

9 *Ibid.*, p. 88.

há diálogo possível porque não podemos discutir fatos com pessoas que os negam. Será que eles realmente acreditam que Lênin e Trotski já tentaram "confiar o máximo poder à base e encorajar a iniciativa local"? Basta ler os escritos desses dois homens durante os primeiros anos da revolução para entender que eles se opuseram freneticamente a qualquer iniciativa das bases.

Talvez essa ideia de "confiar o máximo de poder à base" venha do slogan imposto por Lênin a seu partido em abril de 1917: "todo poder aos sovietes". Sabemos que em 1905 os social-democratas de todas as tendências opunham-se aos sovietes porque estavam em concorrência com os partidos. As coisas não mudaram em 1917, na ausência de Lênin. Na falta de líderes determinados, o partido bolchevique foi reduzido a considerar seu futuro apenas como a ala radical e minoritária da social-democracia reformista. Ao chegar em abril, Lenin impôs ao partido o slogan "todo poder aos sovietes" e "a terra aos camponeses", criando estupefação entre os militantes. Ele foi forçado a ameaçar demitir-se se o partido não o seguisse. Um ativista bolchevique chamado Goldenberg exclamou:

> "O lugar deixado vago pelo grande anarquista Bakunin está novamente ocupado. O que acabamos de ouvir constitui a negação formal da doutrina social-democrata e de toda a teoria do marxismo científico. Esta é a apologia mais óbvia que pode ser feita sobre o anarquismo."[10]

Vemos como o conceito do soviete é um conceito importado tardiamente para a teoria de Lênin. Sabemos o que aconteceu ao lado das relações Partido-Soviétes: em poucos meses elas estavam totalmente subjugados ao partido, assim como todas as outras estruturas de classe do proletariado. Nunca houve qualquer questão de "poder na base".

O exercício do poder pelos comunistas russos foi a pior coisa que poderia ter acontecido ao movimento operário internacional: um regime de campo de concentração que custou milhões de vidas, mas que os trotskistas de todos os tipos continuaram a apoiar teimosamente. no final. Posso estar mal informado, mas não ouvi falar da autocrítica do movimento trotskista, exceto para minimizar ou relativizar a responsabilidade dos comunistas russos – uma atitude ainda encontrada nas afinidades revolucionárias.

É totalmente errado dizer que "os bolcheviques acompanharam, pelo menos durante o primeiro ano revolucionário, o movimento espontâneo das massas, ajudando a organizar a socialização da produção" (107). Tal

10 David Shub, *Lénine*, Idées-Gallimard, p. 173.

afirmação é verdadeiramente escandalosa, uma enorme inverdade. Primeiro, o programa dos bolcheviques limitou-se inicialmente à nacionalização, isto é, à estatização da produção; então os bolcheviques no começo da revolução não acompanharam absolutamente nada; eles seguiram as massas para não seres isolados delas. No blog da tendência "Claire" do NPA de Besancenot, podemos ler um artigo sobre Victor Serge, que foi "o primeiro a mostrar, em sua história da revolução, que a classe trabalhadora havia estado várias vezes à frente do partido, que tinha sido mais ativa do que seus líderes que foram forçados a correr para alcançá-la."[11] Conhecemos a famosa passagem do *Lênin* de Trotsky, onde os trabalhadores e camponeses são designados cem vezes mais à esquerda do que o partido bolchevique.

Mas a mentira mais incrível está na página 107 (edição em francês):

> "Concretamente, a implementação do controle dos trabalhadores opôs-se à resistência dos capitalistas e, desse modo, encorajou os bolcheviques a radicalizarem-se de uma maneira cada vez mais autogerida."

Tal afirmação é implausível. É verdade que os proprietários das fábricas e oficinas se opuseram à aplicação do controle operário, mas isso de forma alguma levou os bolcheviques para uma direção mais "autogerida". Desde o início, a política dos bolcheviques não era promover essa ou aquela forma de organização ou gestão "na base", mas simplesmente liquidar os organismos que não controlavam em benefício daqueles que controlavam. No início, apoiavam os comitês de fábrica porque os mencheviques controlavam os sindicatos; mas eles os condenaram quando conseguiram tomar o controle dos sindicatos, para que eles supervisionaram os comitês de fábrica.

Convido os camaradas Besancenot & Löwy a relerem os textos de Lênin da época, em particular: "Os bolcheviques conservarão o poder?", escrito pouco antes do golpe de outubro. Lê-se coisas instrutivas: "Quando dizemos 'controle dos trabalhadores', este slogan sendo sempre *acompanhado* pela ditadura do proletariado, *seguindo-o* sempre, explicamos de que Estado estamos falando." Sabendo que o poder será mantido "em sua totalidade apenas pelos bolcheviques" (*sic*), entendemos que o controle dos trabalhadores será de fato o controle do partido sobre os trabalhadores ...

Aos leitores tentados a acreditar num Lenine federalista e que era um defensor da autogestão e do poder das bases, aqui está outra citação deste texto (há muitos outros): "Querer provar aos bolcheviques, que são

11 http ://tendanceclaire.npa.free.fr/breve.php ?id=5814

centralistas por convicção, por seu programa e por suas táticas partidárias, a necessidade de centralização, está realmente empurrando uma porta aberta". ("Os bolcheviques conservarão o poder?")

Besancenot e Löwy chamam Daniel Guérin em seu resgate para apoiar sua teoria de um Lenin favorável ao poder da base. Eles citam Guérin que, em *L'Anarchisme*, afirma que

> "Lênin obrigou, literalmente, os seus lugares-tenentes a se lançarem 'no cadinho da viva criação popular' , usando uma linguagem autenticamente libertária. A base da reconstrução revolucionária devia ser a autogestão..."

O Guerin está a dizer asneiras. Se há uma coisa em que Lenine não acreditava, era na espontaneidade das massas (a "criação popular viva"), e se há uma coisa que ele rejeitava categoricamente, era a idéia de devolver às massas sem-partido o mínimo de poder de decisão. Ele era atormentado pela ideia de que se podia confiar o menor poder de decisão "à massa de trabalhadores sem partido, repartidos entre as diferentes produções, anulando assim a necessidade do partido".[12]

Para descobrir qual era o modelo de organização da sociedade que Lenin queria, deve-se referir a *O Estado e a Revolução* (1917), que eu não entendo como poderia ser tomado como um trabalho "libertário". O livro diz: "Um espiritual social-democrata alemão dos anos 1870 declarou que o sistema postal (alemão) era um modelo de empresa socialista. Nada poderia ser mais preciso. Atualmente, os correios estão organizados segundo o modelo do monopólio capitalista de estado." Esse é o modelo de sociedade de Lenin.

Mas vamos voltar aos comitês de fábrica. Um Conselho Pan-Russo de Controle de Trabalhadores foi criado em novembro de 1918 para subordinar os comitês de fábrica aos sindicatos. Os representantes do comitê de fábrica afirmaram que "os comitês de cada cidade deveriam se reunir (...) e estabelecer a coordenação regional". O Conselho de Controle de Trabalhadores de Toda a Rússia, dominado por elementos que haviam sido nomeados pelo partido, rapidamente esvaziara o controle operário de todas as suas funções. "Aqueles que mais vocalmente apoiaram o controle dos trabalhadores e encorajaram a sua "expansão", tentaram habilmente refreá-lo e torná-lo ineficaz, transformando-o em uma grande instituição pública centralizada."

12 Lenin "La crise du parti", 19 janvier 1921.

O movimento dos comitês de fábrica foi definitivamente liquidado quando o Conselho de Controle dos Trabalhadores de Toda a Rússia, ele mesmo criado para desarmá-lo, foi definitivamente liquidado com a criação do Conselho Supremo Econômico (Vesenka). Este órgão estava ligado ao Conselho dos Comissários do Povo de toda a Rússia – ou seja, ao governo – composto inteiramente de bolcheviques. A Vesenka era formalmente composta por alguns membros do Conselho de Controle dos Trabalhadores de toda a Rússia. Pela própria admissão dos bolcheviques, foi um passo para a nacionalização da economia.

Falar de "radicalizar-se de uma maneira cada vez mais autogerida" (p.107) é tirar sarro dos leitores. Nunca na visão dos bolcheviques houve qualquer menção a isso, muito menos a criação de um sistema federal de organização. Não posso acreditar que Besancenot & Löwy acreditem em uma palavra do que dizem. Que Besancenot e Löwy se convertam ao federalismo libertário é uma coisa excelente, mas é impossível se referir tanto ao federalismo, quanto a Marx-Lenin. Nós devemos escolher.

Agora, digamos algumas palavras sobre a imagem do anarquismo de Besancenot & Löwy. Eles repetidamente apresentam o anarquismo de forma errada e, em seguida, apontam para uma alegada inconsistência do mesmo. Assim, eles parecem pensar que o anarquismo vê a "nova sociedade" baseada tanto no local de trabalho quanto no local de residência. E nossos autores nos dizem: "ambos são necessários" (p.179)! Mas as concepções anarquistas (anarco-sindicalistas, para ser mais preciso) da organização da sociedade são integralmente baseadas na associação de estruturas horizontais (geográficas) e verticais (industriais). Este tipo de estrutura foi encontrado nas federações da AIT cujo funcionamento Bakunin descreveu, e isto é precisamente o que define o federalismo libertário. Embora a CGT francesa de hoje tenha abandonado seu projeto revolucionário inicial, ainda retém formalmente a estrutura de suas origens revolucionárias: verticalmente os sindicatos e federações, horizontalmente os sindicatos locais e departamentais (as bolsas de trabalho).

Dizer que "tudo não pode ser decidido localmente" é óbvio. Os anarquistas nunca disseram o contrário. Eles simplesmente dizem que tudo que pode ser derrubado para o local deve ser derrubado – o que não pode ser feito deve ser feito em outro lugar. Ou, se você quiser: qualquer coisa que possa ser decidida localmente não precisa ser decidida acima. É óbvio que toda a organização dos caminhos-de-ferro, a distribuição de electricidade, água, etc., enfim, todas estas questões, que são serviços públicos, não serão tratadas localmente. Não são os funcionários de uma central elétrica que decidirão sobre a política energética global, Localmente a intervenção será

para organizar o trabalho de sua unidade de produção e decidir como eles aplicarão, ao seu nível, as direções decididas por toda a população trabalhadora – o "plano", se você quiser.

Que os empregados das empresas sejam capazes de administrá-los é importante, porque a empresa é frequentemente um lugar de opressão e o controle pelos trabalhadores funcionários vai quebrar essa maldição. Mas é extremamente importante estabelecer procedimentos pelos quais a população seja capaz de tomar conhecimento e tomar decisões sobre a direção geral da sociedade.

Os anarquistas também dizem, referindo-se a Kropotkin, no que diz respeito ao consumo, deve-se usar primeiro o que é produzido localmente. Uma gestão libertária, ou seja, racional da sociedade consistirá, antes de tudo, em eliminar o desperdício.

Quando leio que não se trata de permitir, em nome da autonomia, "uma divisão entre regiões que vivem em abundância e aquelas que sobrevivem na escassez", sinto que estou lendo Proudhon. Da mesma forma, a "adequação da produção autogerida e das comunas autogeridas", que Besancenot & Löwy afirmam ser necessária (p. 180, edição em francês), é simplesmente uma descrição do que foi feito na Espanha durante a Guerra Civil. Deve-se lembrar que a gestão da economia pelos bolcheviques na Rússia provocou uma catástrofe humanitária em grande parte porque eles queriam controlar tudo e responderam à pequena iniciativa local com repressão. Volin, em sua *Revolução Desconhecida*, fornece exemplos característicos deste comportamento.

Enquanto a Rússia havia caído num estado pré-capitalista, sem dinheiro, sem equipamentos e quase sem comércio, os bolcheviques, para quem deixar a iniciativa para a base era inconcebível, liquidaram as estruturas da sociedade civil, especialmente as cooperativas, que poderiam ter ajudado a proporcionar um mínimo de subsistência para a população. Para que o proletariado (3% da população!) pudesse impulsionar um movimento emancipatório em toda a sociedade, ele ainda tinha que se alimentar!

A incapacidade do poder para estabelecer uma relação equilibrada com o mundo rural conduziu à uma fome generalizada. Na Espanha, a coletivização da indústria, da terra, dos transportes pela CNT e pela UGT permitiu, apesar do sabotagem dos comunistas (a coluna comunista do geral Líster destruiu as comunidades agrárias), manter a atividade econômica sem a qual a Espanha republicana nunca teria durado três anos.

Bakunin disse que a incapacidade do proletariado de encontrar formas de aliança com o campesinato levará ao fracasso da revolução. A reivindicação da classe trabalhadora de impor uma política ao campesinato é um "legado político do revolucionismo burguês". Isto inevitavelmente leva à

reconstituição de um sistema de dominação, desta vez baseado na burocracia – os "funcionários do Estado" – responsáveis pela execução prática deste programa, despojando assim a classe trabalhadora de todo o poder. O advento da burocracia estatal é o preço a ser pago pelo fracasso da revolução proletária.

## 08-4. Planejamento democrático e autogestão

Dizer, como fazem Besancenot & Löwy, que "a autogestão é uma proposta comum aos libertários e marxistas (não estalinistas)" (p. 182) é avançar uma tripla inverdade:

• Primeiro, a atribuição do conceito de autogestão aos anarquistas é relativamente recente. O termo "autogestão" data dos anos 60, numa época em que uma série de intelectuais espantados descobriu que os trabalhadores eram capazes de administrar sua própria empresa. Mas quando me juntei ao movimento libertário, não falávamos de autogestão, mas de "gestão operária", ou "gestão direta".

• Em seguida, dizer que a autogestão é uma contribuição conjunta dos libertários e dos marxistas é totalmente errado: os referidos marxistas – estou pensando especialmente na Liga Comunista na França – devem ter começado a falar de autogestão em uma época em que estava fora de moda. Mesmo o Partido Comunista se referiu por um tempo (muito curto) à autogestão.

• Finalmente, dizer que os marxistas "não-estalinistas" são a favor da autogestão é absurdo. A noção de "marxistas não-estalinistas" é uma forma indireta de se referir aos "leninistas" que inclui os trotskistas. Dizer que Lênin e Trotsky eram a favor da autogestão é uma enorme brincadeira, e Besancenot e Löwy não podem ignorá-lo. Dentre os "marxistas não estalinistas" pode-se contar os comunistas de conselho, desde que se esqueça de todos os textos contemporâneos dos grupos communistas conselhistas que acusam a "autogestão" de ser uma forma de gerir o capital.

A leitura de Proudhon, descrito como "pai da autogestão" (mas ausente das *Afinidades revolucionárias* de Besancenot e Löwy), mostra que ele não estava particularmente interessado na questão da administração de empresas. Não é isso que é importante. Ele está mais interessado na gestão dos setores da indústria, feita pelo que ele chama de "companhias operárias", em outras palavras coletivos de trabalhadores.

Por outro lado, percebemos que atribui grande importância ao estabelecimento de contas nacionais. É, portanto, a organização geral da economia que lhe interessa, através de um sistema federalista – por definição

planificado, portanto: na medida em que estabelecemos um modo global de definir as necessidades da população, por um lado. E, por outro, também, e os processos pelos quais as diretrizes adotadas são implementadas, é são necessariamente uma forma de planejamento. Os anarquistas não gostam da palavra "planejamento" porque serve para designar formas de organização estatal. Mas a ideia está aí: determina-se as necessidades, determina-se os meios, define-se as urgências, porque não se pode implementar mais recursos do que aqueles que se tem. Na prática, a noção de organização federalista da economia inclui necessariamente a noção de "plano", isto é, uma estrutura de previsão, tomada de decisão e implementação de decisões.

Proudhon defendeu a aplicação da matemática na economia política. As estatísticas tornam-se a ferramenta indispensável para a contabilidade por ramos e setores. Sua ambição era constituir a economia política em uma ciência exata e matemática. A contabilidade econômica "dará à economia política, considerada em seus mecanismos de produção e distribuição, o aparato científico que permite expressar o equilíbrio de recursos e empregos, os circuitos econômicos e as operações de produção, de distribuição. e financiamento entre os diferentes agentes econômicos"[13]. O que Proudhon chama de" contabilidade de dupla entrada "é uma contabilidade que distingue entre contas de agente e contas de transação, que se tornará o princípio básico de qualquer contabilidade econômica. Proudhon propõe nada menos que a constituição de uma contabilidade nacional que terá uma função prospectiva.

Bakounine tem preocupações semelhantes em um texto de 1866 intitulado "Catecismo Revolucionário" [14], que é literalmente um programa político.

> "Quando as associações produtivas e livres cessarem de ser escravas e tornarem-se, por sua vez, as senhoras e proprietárias do capital que lhes será necessária, compreenderão em seu seio, a título de membros cooperados ao lado das forças operárias, emancipadas pela instrução geral, todas a

13 Jean Bancal, *Proudhon, pluralisme et autogestion*, Aubier-Montaigne.

14 O "Catecismo Revolucionário" de Bakunin, escrito em 1866, não deve ser confundido com o "Catecismo do Revolucionário" de Netchayev, de 1869. Os dois documentos, que muitas vezes têm sido confundidos, não têm nada a ver um com o outro. O fato de Bakunin ter estado, muito brevemente, em contato com Netchayev antes de fazer uma ruptura brutal com ele, contribui em grande parte para a confusão. O texto de Netchayev é uma codificação de um incrível cinismo do comportamento do indivíduo revolucionário. O "Catecismo Revolucionário" de Bakunin é um embrião de um programa político anarquista que ainda é muito relevante, especialmente sobre a emancipação da mulher. Muitos autores, e não menos importante, confundiram os textos sem que fosse possível dizer se era ignorância ou vontade de prejudicar.

> inteligências especiais reivindicadas por cada empresa; quando, combinando-se entre si, sempre livremente, segundo suas necessidades e segundo sua natureza, traspondo cedo ou tarde, todas as fronteiras nacionais, elas formarão uma imensa federação econômica, com um parlamento esclarecido por dados tão amplos quanto precisos e detalhados de uma estatística mundial, tal como ainda não pode hoje existir, e que, combinando a oferta com a demanda – poderá governar, determinar e respeitar entre diferentes países a produção da indústria mundial, de sorte que não haverá mais crises comerciais ou industriais, estagnação forçada, desastres, esforços nem capitais perdidos. Nesse caso, o trabalho humano, a emancipação de cada um e de todos regenerará o mundo".[15]

A população está organizada em "associações produtivas e livres". Uma associação produtiva é uma organização de trabalhadores envolvidos em tarefas que concernem um ramo particular da produção – uma metal mecânica, têxtil ou outra empresa. O fato de ser "livre" não significa que esteja totalmente desligada do resto da sociedade e que faça "o que quer", mas que os seus membros se lhe juntem livremente e que, no campo de atividade que lhe diz respeito, se organize de forma autônoma: está, portanto, organizada de forma federativa, o que implica que todas as associações produtivas estejam associadas umas às outras. Esta associação é simultaneamente mestre e proprietária do capital: ela própria organiza o trabalho. São as associações agrupadas que detêm coletivamente o capital.

Estas associações coordenam-se entre si para formar, além das fronteiras nacionais, uma federação econômica à cabeça da qual existe um "parlamento" – um órgão deliberativo e decisório – cujos membros não são eleitos por "cidadãos" mas derivam funcionalmente de associações e agrupamentos de associações. As associações reúnem todas as pessoas qualificadas, "todas as inteligências especiais", que contribuem para o bom funcionamento das empresas "como membros da cooperativa". O órgão decisório não é o resultado de um processo de votação realizado por indivíduos isolados, como no sistema parlamentar; é composto por representantes nomeados de acordo com o seu papel no processo de produção, por homens e mulheres que são eles próprios participantes neste processo de produção.

---

15 "Principes et organisation de la société internationale révolutionnaire." I. Objet. II. Catéchisme Révolutionnaire. Mars 1866.
(http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/Catechisme_Revolutionnaire.pdf)

Parece que um dos instrumentos da "governança" exercida por este "parlamento" será "os dados amplos, precisos e detalhados de uma estatística global, tal como não existe atualmente". O Proudhon não está muito longe.

Afirma-se assim a necessidade de estabelecer um verdadeiro cálculo econômico que forneça ao órgão executivo as informações precisas de que este necessita. Bakunin está perfeitamente consciente de que esta ferramenta ainda não existe no seu tempo. Pode supor-se que tal ferramenta possa existir hoje em dia com a assistência da tecnologia da informação: permitirá combinar a oferta e a procura, ou seja, determinar as necessidades da população e atribuir os meios necessários para satisfazer essas necessidades. O órgão executivo poderá assim "governar, determinar e respeitar entre os diferentes países a produção da indústria mundial", evitando assim crises e desperdícios ("capital perdido").

Assim, os principais elementos de uma economia de tipo libertário são expostos: federalismo como princípio geral de organização; descentralização da tomada de decisões e centralização na aplicação das decisões. As reflexões de Proudhon e Bakunin sugerem que são a favor de um sistema que alia a descentralização da política com a centralização da economia, a descentralização da tomada de decisões políticas com a centralização da implementação das decisões tomadas.

## 08-5. Democracia direta ou representativa

A questão da democracia direta, da democracia representativa e a questão da delegação são objeto de muito debate no movimento libertário e de muitos mal-entendidos. O Proudhon tinha sido eleito para a Assembleia Constituinte em 1848, apenas para descobrir que a democracia colocou as classes privilegiadas no poder. A experiência não correspondeu em nada às suas expectativas. Foi por isso que abandonou qualquer perspectiva eleitoral.

De agora em diante, não serão mais os cidadãos que terão que nomear representantes; A soberania deixará de ser exercida nos parlamentos, mas nas instituições produtivas, onde são os trabalhadores associados que se organizarão. Estamos entrando em uma lógica totalmente diferente. Isso deve ser levado em conta para entender a oposição de Proudhon às "candidaturas de trabalhadores" na *Capacidade política das classes trabalhadoras*. Ele se opõe a isso porque os trabalhadores devem se organizar de maneira diferente e em outro lugar: eles devem se organizar com base no seu papel no processo de produção (associações de produtores) em suas próprias organizações de classe. O que antecipa o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo.

Ao contrário da crença popular, os primeiros teóricos do anarquismo – Proudhon e Bakunin – não eram defensores da democracia direta, consulta permanente, "assembléismo" e mandato imperativo. O mandato imperativo é útil, mesmo necessário, em caso de conflito, de luta, quando há intensa agitação. Permite que os mandatos consultem em tempo real (quase) seus constituintes. Mas imaginar uma assembleia de 500, 1000 mandatos que cada um tem um mandato imperativo, não faz significado. Proudhon disse que, enquanto todos se reúnem, não fazemos mais nada.

A gestão das empresas pelos trabalhadores não é a principal preocupação de Proudhon: a classe trabalhadora terá de se organizar em "companhias industriais" administrando setores inteiros de produção, a fim de criar o que chama de "democracia industrial" fora do estado.

O mesmo raciocínio é encontrado em Bakunin. Não há repulsa metafísica na delegação de poder, como às vezes pode ser encontrada em certos anarquistas, que pensam que isso é um ataque intolerável ao seu ser íntimo. Na AIT, os delegados simplesmente votaram. Bakunin não se opõe ao sufrágio universal em princípio.

É verdade que uma leitura atenta do revolucionário russo revela uma oposição radical à democracia representativa, que é uma forma perfeitamente adaptada à dominação do capitalismo. Mas este é um sistema que consagra a desigualdade econômica e a propriedade privada dos meios de produção. O sistema representativo legitima a exploração da grande massa do povo por uma minoria dos ricos e os profissionais da palavra que são sua expressão política.

Um sistema político baseado em um sistema representativo, mas que mantém a propriedade privada dos meios de produção, é uma farsa. A liberdade do trabalhador, em tal sistema, é uma liberdade teórica e fictícia, diz Bakunin. No entanto, "isso significa que nós, os socialistas revolucionários[16], não queremos o sufrágio universal, e que preferíamos a ele o sufrágio restrito ou o despotismo de um? De modo algum. O que afirmamos é que o sufrágio universal, considerado por si só e atuando em uma sociedade baseada na desigualdade econômica e social, nunca será para o povo mais do que um artifício; que, por parte dos democratas burgueses, nunca será senão uma mentira odiosa, o instrumento mais seguro para consolidar, com uma aparência de liberalismo e justiça, em detrimento dos interesses populares e da liberdade, a dominação eterna das classes exploradoras e possuidoras. [17]"

16 Bakunin raramente usa a palavra "anarquista", e na maioria das vezes com reservas. Ele se diz um "socialista revolucionário" ou "coletivista". Ver "L'usage du mot 'anarchie' chez Bakounine", http://monde-nouveau.net/spip.php?article185.

17 Bakounine, Manuscrit de 144 pages rédigé à Marseille, 1870, Stock, IV, p. 195.

A crítica anarquista da democracia representativa não é uma crítica ao princípio da democracia, entendida como a participação dos interessados nas escolhas relativas à sua existência, mas uma crítica ao contexto capitalista em que é aplicada. Uma vez que a democracia representativa é apenas uma máscara para a burguesia, ela é facilmente descartada a favor do Cesarismo (o equivalente bakuniniano do Bonapartismo de Marx), ou seja, da ditadura militar, quando necessário. Qualquer violação democraticamente decidida contra a propriedade provocará inevitavelmente uma reação violenta das classes dirigentes despossuídas.

Devemos participar do jogo eleitoral? Perguntam Besancenot & Löwy. Do seu ponto de vista, sim, porque o seu modelo de sociedade é, de qualquer modo, baseado num sistema fundado numa forma de democracia parlamentar, isto é, baseada no "cidadão". O fato de que as várias correntes marxistas revolucionárias continuam a apresentar candidatos às eleições mostra que elas endossam este modelo de nomeação de mandatos, e não há razão para acreditar que seu modelo de sociedade seja outra coisa senão um modelo baseado em neste sistema. Não faz sentido que um partido político use os meios da democracia parlamentar para dizer então que esse não é o modelo que ele quer: os eleitores não compreendem.

Ao contrário do que Besancenot & Löwy pensam, os anarquistas não têm uma posição fanática de abstenção: Bakounine aconselhou circunstancialmente seus amigos italianos a apresentar candidatos. A CNT espanhol não fez campanha pela abstenção nas eleições de 1936, e a Frente Popular libertou 30.000 anarquistas da prisão.

Mas além desses casos circunstanciais, a prática eleitoral não é uma "divergência tática" entre anarquistas e o NPA. Essa é uma divergência fundamental. Para os anarquistas, o debate não é sobre a escolha entre democracia direta e representativa. Ainda assim, é necessário concordar com o termo democracia direta, que é frequentemente confundido com a prática do mandato imperativo.

Na década de 1970, os trotskistas da tendência "Lambert" da CGT da indústria gráfica exigiram a convocação de uma "assembleia geral de todos os trabalhadores do Livro". Foi completamente idiota. Uma assembleia geral de 25.000 pessoas da Praça da República em Paris não faz sentido. É demagogia. Sabemos que, se 50 ou 100 milhões de pessoas tiverem que debater e decidir sobre um assunto, não poderemos fazê-lo com "democracia direta", como na Grécia antiga. Será necessário eleger representantes. A questão será como esses representantes serão nomeados, como serão controlados, como podem ser demitidos, qual será o mandato e a rapidez com que a rotatividade de mandatos será aplicada.

## 08-6. Sindicato e partido

A questão da relação entre partido e sindicato é uma das formas que a oposição entre organização ideológica e de classe assume. Por organização de classe, entendo uma organização cujos membros não aderem com base num acordo ideológico, mas com base na sua função nas relações de produção – o que não impede esta organização de ter um projeto social, como era o caso da CGT no início do século XX.

Besancenot & Löwy dizem, com razão, que estas relações não são conflituosas em alguns países como a Grã-Bretanha e o Brasil, mas poderiam ter acrescentado a Alemanha. Mas deve ficar claro que a natureza pacífica destas relações é também a consequência de um modelo em que o papel da organização sindical está subordinado ao do partido.

Quando o modelo sindicalista revolucionário era dominante, ou quando era fortemente implantado como uma minoria em organizações do tipo social-democrata, as relações de que Besancenot e Löwy falam não eram tão pacíficas.

O movimento operário francês, por outro lado, está impregnado neste debate, já que desde o início os movimentos sindicalistas anarquistas e revolucionários fizeram de tudo para separar as duas formas de organização, a fim de tornar a organização de classe – a CGT – independente dos partidos socialistas. Por que essa atitude? A filiação é fácil de desenhar: por um lado, a herança da AIT anti-autoritária e Bakunin, transmitida por James Guillaume, que esteve em estreitas relações com os primeiros sindicalistas revolucionários; em segundo lugar, o legado de Proudhon da separação radical entre a classe trabalhadora e a burguesia. E então a repressão da Comuna, que deixou o movimento operário francês com uma desconfiança visceral do Estado, a polícia, o exército, os partidos políticos e a religião.

Parecia óbvio para os militantes do início do século XX que a autonomia dos trabalhadores dependia dessa separação, e que questioná-la consistia em colocar o movimento sindical no encalço do movimento socialista e da burguesia. Os fatos confirmaram bastante essa tese. Griffuelhes declarou um dia que os sindicalistas franceses não aceitavam que as questões colocadas pela classe trabalhadora fossem "resolvidas por essas assembleias de médicos, advogados, arrendatários, proprietários, comerciantes, etc., que são os Congressos Políticos Internacionais [18]".

Na véspera da Grande Guerra, os revolucionários sindicalistas haviam perdido o controle da CGT por algum tempo. As eleições sindicais haviam

18 Victor Griffuelhes, "L'Internationale syndicale", *L'Action syndicaliste*, Paris, Rivière, 1908.

gradualmente substituído os revolucionários pelos reformistas. Além disso, a adesão de poderosas federações reformistas também contribuiu para alterar o equilíbrio de poder. Em outras palavras, novos elementos se insinuaram no debate partido-sindicato, tornando as coisas muito mais complexas.

Na verdade, encontramo-nos na seguinte contradição:

• Uma organização de massas que tem uma orientação revolucionária, mas cujos critérios de adesão são amplos pode ver esta orientação alterada devido à democracia sindical. Como é que, neste caso, a organização pode manter a sua orientação revolucionária? Este foi o caso da CGT francesa, esquematicamente.

• Uma organização cuja vocação é ser de massa e cujo critério de adesão é a aceitação de um programa revolucionário pode nunca ver o seu número de membros aumentar. Foi o caso da CNT francesa criada após a guerra com o mito da CNT espanhola.

Nisto reside a dificuldade que os libertários têm de enfrentar, o que exige uma reflexão séria sobre a estratégia a adotar.

Na Rússia, durante a revolução de 1905, a questão não surgiu, em primeiro lugar, em termos de oposição partido/sindicato mas de oposição partido-sovietes. A ideia de soviet era totalmente estranha às concepções do partido bolchevique: um certo P. Mendeleev, em nome do comitê do partido de Petersburg, não encontrou nada melhor do que dirigir um ultimato aos sovietes: adotar o programa do partido ou dissolvê-lo. O ultimato diz em particular: "O Conselho dos Deputados dos Trabalhadores não pode existir como organização política e os social-democratas deveriam retirar-se dele, pois sua existência seria prejudicial ao desenvolvimento do movimento social-democrata"[19].

Em outras palavras, o soviet está duplicando o partido. Mais seriamente, prejudica o desenvolvimento partidário. Mas quando os bolcheviques finalmente entenderem o que estava acontecendo, tentaram excluir os anarquistas: "O comitê executivo do Soviete dos Deputados Operários decidiu ontem, 23 de novembro, recusar aos anarquistas que procuram representação no Comité Executivo e no Soviete dos Deputados dos Operários."

O próprio Comitê Executivo apresentou as seguintes razões para a sua decisão:

"1) De acordo com a prática internacional, os anarquistas, que não reconhecem a luta política como meio de alcançar os seus ideais, não estão

19 *Novaïa Jizn*, 7 novembre 1905.

representados em congressos e conferências socialistas; 2) Toda representação deve emanar de um partido, e os anarquistas não formam um partido"[20]. O comentário de Lenin é o seguinte: "Consideramos que a decisão do Comitê Executivo é extremamente legítima e de grande importância teórica, prática e política.

Este é um exemplo muito bonito de "afinidade revolucionária"....

Na época da formação deste soviet, no qual participou Voline, este último havia recusado a presidência, sob o pretexto um tanto demagógico que ela deveria ser dada a um trabalhador. Ele poderia ter que aceitar. Trotski não tinha os mesmos escrúpulos.

A Revolução Espanhola ilustra o que pode acontecer quando uma organização de massas como a CNT espanhola (um milhão e meio de membros em 1936) é confrontada com uma guerra civil na qual se opôs militarmente a um adversário fascista melhor armado, tendo "aliados", nenhum dos quais tem o objetivo de alcançar a revolução social. Ou toma o poder e o exerce sozinho, introduzindo uma guerra civil dentro da guerra civil, sem ter os meios materiais para se envolver em tal aventura; ou tenta acabar com o inimigo principal (Franco) aliando-se às forças republicanas. Nenhuma destas duas soluções é ideal.

O fracasso desta revolução poderia ser atribuído por alguns aos defeitos congênitos do anarquismo. A participação de quatro anarquistas no governo da Frente Popular não foi a causa do fracasso desta revolução, mas o seu sintoma: ao analisar estas causas, não se deve esquecer que os trabalhadores espanhóis tiveram que lutar ao mesmo tempo contra Franco, Hitler, Mussolini, Stalin, os comunistas de dentro, a burguesia espanhola como um todo.

Isso é muito.

A relação entre organização ideológica e organização de classe assume muitas formas dependendo do período. Isso significa que a questão da relação partido-sindicato hoje já não se coloca nos mesmos termos que em 1906 em França e que seria um erro fixarmo-nos nesta questão. O movimento sindical desde o congresso de Amiens evoluiu, diversificou-se, burocratizou-se, submeteu-se a muitas influências externas. Besancenot e Löwy dizem, com razão, que "o pluralismo se tornou uma realidade inescapável". Portanto, não é de modo algum o movimento sindical como existe atualmente que pode constituir uma alternativa ao sistema capitalista.

---

20 *Sur l'anarchisme et l'anarcho-syndicalisme*, Éditions du Progrès, Moscou, 1973, p. 226.

O fato é que, apesar disso, uma profunda transformação da sociedade não será possível se uma organização de classe e de massa de um grande número de trabalhadores não se encarregar do projeto revolucionário. Da mesma forma que em 1905 a formação dos soviets surpreendeu a todos (menos os anarquistas que os bolcheviques, aliás), a revolução de amanhã tomará formas que não podemos prever. Ninguém sabe que formas organizacionais serão adotadas se um dia um movimento de massas quebrar o sistema capitalista.

Mas aconteça o que acontecer, sempre haverá o confronto entre organização ideológica e organização de classe, a primeira tentando, apesar de seus discursos brandos, de assumir o controle da segunda. É por isso que o papel dos anarquistas será assegurar que a organização de classe retenha autonomia máxima.

## 08-7. Um "programa de transição"?

Quando Trotsky começou seu exílio em 1929, ele solicitou que à CGT-SR garantias quanto a sua segurança, no decorrer de sua estadia em Paris. A anedota foi contada nos anos 70 por Julien Toublet, que tinha sido o tesoureiro desta organização. A direção da CGT-SR recusou-se categoricamente a aceitar o pedido de Trotsky. "Não se deve exagerar, depois de Makhno e Kronstadt ..." Julien comentou. A reação foi compreensível.

No entanto, houve convergências reais entre as duas correntes naquele momento.

Em 1930, a CGT-SR publicou *Os sindicatos Operários e a revolução social*, um trabalho programático que desenvolveu uma série de demandas transitórias para mobilizar os trabalhadores neste período de crise global que conduziria à Guerra Civil Espanhola e à Segunda Guerra Mundial.

Pouco depois, em 1938, Trotsky escreveu seu "Programa de Transição", cujo título diz o que ele quer dizer e no qual encontramos a maioria dos pontos abordados por Besnard, além de outros. Ambos reconhecem a crise global do sistema capitalista, mas também a crise do próprio movimento operário. Além disso, a crise que vivemos hoje tem muitos pontos em comum com a crise vivida pelo movimento operário dos anos trinta. É claro que as abordagens de Besnard e Trotsky são muito diferentes, mas elas têm muitos pontos em comum. Os dois homens obviamente não concordam com os respectivos papéis dados ao sindicato e ao partido, mas suas análises são notavelmente próximas.

Fundada em 1926 após uma sucessão de cisões na CGT, a CGT-Syndicaliste révolutionnaire (CGT-SR) foi uma das primeiras organizações a

ser verdadeiramente anarco-sindicalista, apesar do termo "sindicalista revolucionário" anexado ao seu nome.

Segundo Alexander Skirda, a palavra "anarco-sindicalista" foi provavelmente inventada no início do século XX na Rússia por um anarquista chamado Daniil Novomirsky[21]. Para descrever os anarquistas da CGT, falou-se de "anarquistas sindicalistas". Lozovsky usou o termo "anarco-sindicalista" de maneira pejorativa em 1922 no congresso de fundação da CGT-U [22].

Um ponto que distingue o sindicalismo revolucionário do anarco-sindicalismo é o fato de que o primeiro foi declarado neutro em relação a partidos políticos (Carta de Amiens, 1906), enquanto o segundo se declara claramente contrário aos partidos (Carta de Lyon, 1926).

Em seu livro *Les syndicats ouvriers et la révolution sociale* (Os sindicatos operários e a revolução social), Pierre Besnard afirma que os trabalhadores organizados em sindicatos devem "responder às ações tomadas fora deles pela ação imediata de todas as suas forças voltadas para os objetivos de classe do proletariado". Ele postula, como princípio, que "qualquer grupo pode desempenhar um papel ativo, sob qualquer circunstância, somente sob a condição de estar na vanguarda" ...

Para a CGT-SR, o objetivo do sindicalismo é "suprimir todas as formas de assalariamento, eliminar todas as formas de empregadores, substituir o Estado pela organização da produção, troca, a distribuição e as relações entre os homens".

As tarefas da construção do socialismo, "das quais não é possível dizer quando podem ser assumidas", mas que a crise e a ascensão do fascismo colocam na agenda, consistem em preparar imediatamente Posando o que Besnard chama de grandes reivindicações do proletariado, que não são um programa definitivo de socialismo, mas eixos de propaganda, mobilização e organização preparatória para o assalto final. Sem Besnard designando-a

---

21 "O grupo de Novomirsky em Odessa decidiu se chamar 'anarco-sindicalista' em vez de 'sindicalista revolucionário' (o nome francês), em parte para enfatizar seu caráter especificamente russo, e em parte para indicar que seus membros eram todos 'anarquistas' (na França, muitos sindicalistas revolucionários eram de convicções marxistas, blanquistas ou outras). Era também para distingui-los dos anarco-comunistas, que não estavam tão preocupados como estavam com o movimento trabalhista." (Avrich *The Russian Anarchists*, 1979, p. 91, nota de rodapé). Novomirsky mais tarde evoluiu para o bolchevismo e foi liquidado em 1936 ou 1937, provavelmente porque ele havia abandonado o partido.

22 Lozovsky, "Les syndicats et la révolution",
http://monde-nouveau.net/spip.php?article353

expressamente como tal, é de fato um programa de transição cujas reivindicações devem ter três aspectos: "*1)* ser de caráter permanente; *2)* responder às preocupações imediatas dos trabalhadores; *3)* preparar a transformação social".

Pierre Besnard expõe três reivindicações:

As duas primeiras reivindicações são defensivas; a terceira é "ofensiva e preparatória para tarefas revolucionárias". Besnard está perfeitamente ciente de que essas demandas, especialmente a terceira, podem ser "muito perigosas": alguma forma de "controle operário" e, de fato, colaboração de classes "poderia ser legalizada pelos parlamentos[23]. É por isso que os trabalhadores devem estar convencidos de que "essas conquistas sucessivas serão adquiridas e durarão apenas pela prática constante de vigorosa ação direta".

No que se refere à redução da jornada de trabalho, os congressos de Amsterdam e Liège da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) [24], em 1925 e 1928, fixaram a duração do dia às seis horas e da semana às trinta e três horas.

A questão do salário único é mais complexa de entender. É uma questão de se opor à concepção de que "as necessidades dos trabalhadores são medidas e fixadas pelos patrões": "o salário único deve ser distribuído a todos os produtores, qualquer que seja seu sexo e sua idade, e isso universalmente." Ao decidir isso, o II Congresso CGT-SR "excedeu em muito – e sabe – o quadro de realizações imediatas"; se ele atingir esse resultado, "a hora de sua libertação estará próxima; mas ele também sabe que é a única maneira de ele colocar a questão dos salários em sua verdadeira luz, em seu verdadeiro terreno",

> "A realização do salário único, mesmo local, fará mais para derrubar as barreiras corporativas entre todos os trabalhadores da mesma cidade do que todas as reuniões, todas as chamadas à consciência."

De fato, essa afirmação não é de forma alguma utópica, porque o salário único foi efetivamente aplicado por iniciativa da CGT das Artes Gráficas na imprensa por décadas, e, portanto, tocou na época dezenas milhares de

23 Talvez Besnard esteja pensando na recente revolução alemã na qual os conselhos de trabalhadores foram legalizados e absorvidos pelo parlamento alemão, dominado pelos socialistas.

24 É a "segunda" AIT, fundada em Berlim em 1922.

trabalhadores. Um trabalhador contratado por uma empresa jornalística recebia o mesmo salário que seu colega com 20 anos de antiguidade, e na oficina todos tinham o mesmo salário (havia diferenças marginais nos salários de uma empresa jornalística para outra). Portanto, era inútil esconder o seu recibo de pagamento para evitar as indiscrições do vizinho. Além disso, o fato de os trabalhadores estarem quase 100% sindicalizados significava que o salário não era exatamente um salário mínimo...

> "Por seu caráter permanente e geral, a demanda pelo salário único deve ser incluída no programa do sindicalismo revolucionário internacional."

O controle sindical da produção não deve ser entendido no sentido de "gestão" sindical. É através dele que "os sindicatos se prepararão para sua tarefa de liderança, organização e administração da produção desde o início da revolução". No contexto do sistema capitalista, é apenas um meio de luta: não é a gestão do capitalismo pelos trabalhadores.

O termo controle implica a noção de "conhecimento", "crítica", "vigilância", "verificação". Isso não implica que o sindicato participe da gestão em conjunto com o patrão. É uma questão de os trabalhadores saberem como as empresas operam, estarem cientes das várias operações contábeis, organização do trabalho, etc., bem como estarem cientes das diferentes maneiras em que a empresa é administrada, etc. De fato;

> "Não é no momento da ação que será necessário pensar em organizar toda a vida industrial e agrária de um país. É durante o período pré-revolucionário que será necessário preparar essa tarefa para traçar o trabalho em suas linhas gerais."

Para a CGT-SR, a classe trabalhadora necessariamente organizada nos sindicatos, o controle sindical da produção é obviamente equivalente ao controle dos trabalhadores sobre ela. Isso implica necessariamente a verificação das contas das empresas.

Em seu programa de transição, Trotsky "rejeita e condena resolutamente todo fetichismo sindical, próprio aos sindicalistas"[25]. Naturalmente, Trotsky adere à tradicional divisão social-democrata de tarefas entre ação política e ação econômica. "Os sindicatos não têm e, dadas as suas tarefas, a sua composição e o caráter do seu recrutamento, não podem ter um programa

25 Trotsky está provavelmente a pensar em sindicalistas revolucionários.

revolucionário completo; é por isso que eles não podem substituir ao partido."

O Programa de Transição, escrito oito anos depois do livro de Pierre Besnard, também assume uma perspectiva pré-revolucionária, e também planeja definir "demandas de transição", levando em conta a situação atual e levando à revolução social, que Trotsky evidentemente identifica com a "conquista do poder pelo proletariado".

Há um capítulo no Programa de Transição que corresponde ao "controle sindical de produção" da CGT-SR, que se intitula "O 'segredo comercial' e o controle operário sobre a indústria". O texto de Trotsky é mais elaborado, mas encontramos a mesma ideia, a de acessar o coração do funcionamento da economia capitalista:

> "Os operários não possuem menos direitos que os capitalistas em conhecer os 'segredos' da empresa, do truste, do ramo de indústria, de toda a economia nacional em seu conjunto. Os bancos, a indústria pesada e os transportes centralizados devem ser os primeiros a serem submetidos à observação.
> "As primeiras tarefas do controle operário consistem em esclarecer quais são as rendas e as despesas da sociedade, a começar pela empresa isolada; em determinar a verdadeira quota do capitalista individual e de todos os exploradores em conjunto na renda nacional; em desmascarar as combinações de bastidores e as trapaças dos bancos e trustes; em revelar, enfim, diante de toda a sociedade, o assustador desperdício de trabalho humano que resulta da anarquia capitalista e da pura caça ao lucro[26]."

Os dois textos não se opõem ponto por ponto e não fazem parte de um projeto político idêntico: para Trotsk, é evidente que não são os trabalhadores, mas o partido que detém o poder. Mas os dois textos têm muitas semelhanças: ambos tentam responder aos problemas colocados pela luta do proletariado em um período de intensa crise econômica e ascensão do fascismo.

Ambos os textos têm capítulos que tratam da mesma coisa:

**O contexto internacional:**

Besnard: "As forças sociais na presença".

Trotsky: "As premissas objetivas da revolução socialista".

**Reivindicações transitórias quase idênticas:**

26 Trotski, *Programa de transiçã o.*

Besnard: “Redução do dia de trabalho”, “Salário único”.
Trotsky: “Escala móvel de salários e escala móvel de horas de trabalho”.
Besnard: “Controle sindical da produção”.
Trotsky: “O ‘segredo comercial’ e o controle dos trabalhadores sobre a indústria”.
**Período de transição:**
Besnard: “O período de transição”[27]
Trotsky: “Sindicatos no período de transição”
Expropriação de capitalistas:
Besnard: “Greve insurrecionária e expropriadora”.
Trotsky: “A expropriação de certos grupos de capitalistas”.
**Pergunta camponesa:**
Besnard: “O problema agrário”.
Trotsky: “A aliança dos trabalhadores e camponeses”.

A diferença real entre os dois textos está no projeto do Programa de Transição de formar um “governo dos trabalhadores e camponeses”, enquanto o da CGT-SR visa colocar em prática as condições para o proletariado organizado tome as rodas da sociedade em suas próprias mãos. O movimento libertário hoje pode reter a ideia de que, na década de 1930, uma organização anarco-sindicalista havia desenvolvido um programa de exigências transicionais a fim de preparar a classe trabalhadora para assumir a organização global da sociedade. Talvez seja hora de pegar a ideia hoje.

Se deixarmos de lado a ideia de “governo operário e camponês”, que hoje não faz muito sentido, e se superarmos a tentação de complicar as coisas além do necessário, encontramos nos textos de Besnard e Trotsky a vontade de responder às circunstâncias do momento e de definir uma estratégia adaptada para o movimento operário em um período que poderia ser

27 Ao contrário da crença popular, a questão da transição para o socialismo não é tabu entre a maioria dos autores anarquistas. A abolição do Estado, diz Bakunin, é um objetivo que “não pode ser alcançado de uma só vez, porque na história, como no mundo físico, nada é feito de uma só vez”. Mesmo as revoluções mais repentinas, inesperadas e radicais sempre foram preparadas por um longo processo de decomposição e nova formação, subterrânea ou visível, mas nunca interrompida e sempre em crescimento. Portanto, também para a Internacional, não se trata de destruir todos os Estados da noite para o dia”.

Cf. René Berthier, “Esquisse d’une réflexion sur la ‘période de transition’”, http://monde-nouveau.net/spip.php?article324

Também: Christiaan Cornélissen, “El comunismo libertario y el régimen de transición”, http://monde-nouveau.net/spip.php?article543

considerado pré-revolucionário. E há inquestionavelmente pontos em comum nas respostas que os dois homens propõem.

Hoje, sem dúvida, seremos capazes de encontrar convergências com alguns marxistas revolucionários, na condição, porém, de que abandonem definitivamente a ideia perfeitamente vã de apresentar candidatos para eleição – uma atividade cuja eficácia é próxima de zero – e que dediquem o tempo assim economizado para investir, junto com os anarquistas, em todos os lugares em que se manifesta uma forma de auto-organização da população, e para desenvolver a ideia de que esses lugares, se fossem expandidos e coordenados em grande escala, formariam no devido tempo potencialmente uma vasta organização capaz de suplantar todo o funcionamento do Estado e do capital.

Trata-se de retornar aos "fundamentos" do movimento antiautoritário da Associação Internacional dos Trabalhadores: "propaganda pelo fato". Originalmente, não se tratava de ataques: "propaganda pelo fato" tinha o significado construtivo de criar sindicatos, fundos de socorro, cooperativas, escolas, bibliotecas, centros educacionais, sociedades mútuas, etc. A distorção do significado original da "propaganda pelo fato" defendida por Bakunin fez Gaston Leval dizer que "demagogia e estupidez fazendo a lei no movimento anarquista, a fórmula foi interpretada como uma recomendação de ataques individuais, o que nada tinham a ver com o pensamento do grande lutador.[28]"

Este processo de investimento dos revolucionários na atividade real, de auto-organização da população (em oposição à tentativa de investir em um cadáver, o parlamento), provavelmente não permitiria evitar, quando chegar o momento, um confronto com as forças da repressão, mas sem dúvida tornaria possível limitar seus efeitos catastróficos. O poder NÃO está na rua, está nas empresas, escritórios, oficinas, campos, etc., mas nos campos. E, acima de tudo, é na própria organização da população trabalhadora que se voltará a trabalhar por sua própria conta.

Mas a reflexão sobre um "programa de transição" exigiria a integração de elementos que não existiam nos anos 30 e que poderiam ser muito mobilizadores. Estou falando de serviços públicos. São instituições criadas, com dinheiro do povo, para atender às necessidades do povo: saúde, educação, transporte, energia, e assim por diante. Estas instituições representam, portanto, um "bem comum"[29] que não só deve ser preservado,

28 *La crise permanente de l'anarchisme*. [A crise permanente do anarquismo] (Cf. http://monde-nouveau.net/spip.php?article259)

29 Refiro-me ao termo usado por Carole Poliquen no seu notável documentário, "Le bien commun, l'assaut final" ("O Bem Comum, O Assalto Final"), Les Productions

mas também melhorado e controlado. Governos sucessivos – tanto de direita como de esquerda – venderam todo ou parte deste bem comum para o setor privado: isto é, literalmente roubo. Surpreendentemente, tem havido tão pouca reação a essas fraudes em massa. Mas esta é uma questão que deve ser objeto de uma ação militante permanente e insistente, deve estar no centro de qualquer ação em oposição às políticas do Estado capitalista: os ladrões devem devolver ao povo o que lhes foi roubado. O retorno dos serviços públicos ao povo deve figurar de forma proeminente em um programa revolucionário de transição, incluindo medidas de controle popular.

Uma das razões para a falta de ênfase nesta questão, seja que talvez não saibamos o que fazer se o que foi roubado, for devolvido. Naturalmente, não seria uma questão de começar tudo de novo como era antes. Devem ser propostas medidas para permitir que os "usuários" expressem suas opiniões sobre políticas gerais de saúde, educação, energia, transporte, etc., e para garantir que os "usuários" tenham uma voz no processo. Acima de tudo, talvez seja necessário introduzir na administração destas instituições para o bem comum um elemento que está dramaticamente ausente: os consumidores, não na capacidade consultiva, mas como de direito.

É óbvio que o objetivo de tais exigências é mostrar que o sistema capitalista, com a ajuda do Estado, se apropria permanentemente do que pertence ao povo. Em outras palavras, não há nada de chocante na propriedade coletiva em si mesma, já que ela já existia, de certa forma, para setores de atividade que representam cerca de um quarto de todos os assalariados. O movimento revolucionário aparece não como um movimento que quer "estatizar" os cabeleireiros, os padeiros, o comerciante de jeans na rua para pedestres, mas como um movimento que quer devolver à população a propriedade coletiva que lhe pertencia e que o capitalismo expropriou dela.

---

ISCA, 63 mn, 2002, http://voiretagir.org/BIEN-COMMUN-LE.html Este documentário é uma ferramenta insubstituível para explicar o que é o capitalismo e a sua tendência para se apropriar de toda a terra.

08. – Perguntas.....1
08-1 Indivíduo e sociedade.....1
08-2 A classe trabalhadora deve tomar o poder?.....3
08-3 Autonomia e Federalismo.....6
08-4 Planejamento democrático e autogestão.....11
08-5 Democracia direta ou representativa.....13
08-5 Democracia direta ou representativa.....14
08-6 Sindicato e partido.....15
08-7 Um “programa de transição”?.....17